

Cuba entre pressões externas e bloqueios internos*

Janette Habel*

* Professora conferencista na Universidade de Marne-la-Vallée e no Instituto de Altos Estudos da América Latina.

Não se apostava muito, há uma década, na sobrevivência do regime cubano. A União Soviética, principal compradora de açúcar e fornecedora de petróleo da ilha, acabava de ruir. Enquanto a onda neoliberal cobria o planeta, foi preciso reconstruir uma estratégia econômica adaptada às novas correlações de forças, e isso num isolamento quase total. Os anos 1990 foram para Cuba anos negros, e a população teve que suportar sofrimentos extremos.

A nova política econômica implementada a partir de 1993, as reformas de mercado adotadas (livre-mercado na agricultura, legalização do dólar, multiplicação das empresas de capital misto etc.) permitiram uma retomada do crescimento ao final da década. No entanto, elas provocam ao mesmo tempo um transtorno social e uma inversão dos valores inculcados pela Revolução, em vista da dualidade monetária que favorece a disparidade de renda entre os que possuem dólares e os que não têm acesso a ele.

* Originalmente publicado em *Le Monde*, edição de junho de 2004, p.20,21, a cuja editoria agradecemos a autorização de veiculação em *C&p*. A tradução é de H elene Maillifer e Pedro Amaral.

Embora o padrão de vida de 1989 ainda não tenha sido restabelecido, o crescimento do produto interno bruto (PIB), que fôra de 1,2% em 2002, atingiu 2,6% em 2003, mas a geração que carregou o peso do ‘período especial’ por quatorze anos está no limite de suas forças.

De fato, a política de substituição de importações implementada há alguns anos conheceu sucessos significativos. Utilizando o petróleo bruto nacional, Cuba é quase auto-suficiente na produção de eletricidade. O abastecimento do setor turístico é garantido em cerca de 70% por produtos locais, um fator de redução dos custos. Avanços no domínio das biotecnologias possibilitarão auxílio a Nigéria e Namíbia na produção de remédios contra a AIDS.

No entanto, as incertezas persistem. Decidida em 2002, face ao marasmo das cotações internacionais do açúcar, a reestruturação, ou reengenharia dessa indústria ainda é uma bomba de efeito retardado. Não podendo tornar-se competitiva, metade das centrais açucareiras foram fechadas. Quinhentos mil empregos estão ameaçados. O Estado fez um esforço: cem mil desses trabalhadores foram beneficiados com treinamento profissional e conservam integralmente seus salários. Mas a reconversão prevista de dezenas de milhares de operários para a agricultura se defronta com a falta de dinheiro para financiar as sementes, os adubos, as máquinas — sem falar no desarranjo causado pela perda de uma tradição histórica. Sobrevive-se nos *bateys*¹ com a *libreta* (carnês de alimentação) e pequenos trabalhos. “É a siderurgia lorena dos anos 1980, mas sem a União Européia”, comenta um empresário francês.

O mercado do trabalho, por sua vez, encontra-se deprimido. Os investimentos estrangeiros (IED) diminuíram a partir de 2001, em parte por causa da lei Helms-Burton², mas também em razão do controle bastante rigoroso imposto por Havana. O número de empresas mistas caiu 15% em 2003. O crescimento do turismo con-

¹ Habitações dos trabalhadores das centrais produtoras de açúcar.

² Em 12 de março de 1996, o Congresso norte-americano aprovou uma lei que sanciona todos aqueles que, no mundo inteiro, tenham relações comerciais com Cuba.

tinua, mas, além de ela não criar empregos suficientes, a fragilidade da “indústria sem fumaça” não é mais segredo desde o 11 de setembro de 2001 e a guerra no Iraque.

A penúria de divisas, enfim, torna a situação financeira preocupante. A dívida em moeda estrangeira chegava a 10,89 bilhões de dólares em 2001, com a Rússia reclamando de sua parte a bagatela de 20 bilhões de dólares (segundo a antiga paridade oficial, na realidade *rublos* conversíveis)³. A dívida com a Venezuela teria atingido 891 milhões de dólares no fim de 2003⁴. Graças ao acordo de cooperação assinado em 2000, Caracas fornece a Cuba petróleo bruto e derivados em condições muito favoráveis⁵. Havana reembolsa uma parte essencial dessa dívida enviando médicos, treinadores esportivos e professores em grande número e recebendo estudantes bolsistas em suas universidades, bem como pacientes venezuelanos em seus hospitais.

Esta vulnerabilidade financeira explica, sem dúvida, a decisão tomada em 2003 de instaurar um controle de caixa para as empresas. Uma medida que não goza da unanimidade entre os economistas cubanos: alguns vêem nisso uma nova barreira estatista e uma ameaça às reformas. A recentralização atual vai, segundo eles, de encontro ao necessário autofinanciamento das empresas. Se elas têm seus caixas esvaziados para financiar os projetos sociais — objetam —, como poderão investir e ser rentáveis?

Uma ‘transição pós-turística’

Essas dificuldades provocam interrogações e um verdadeiro debate. Vários economistas consideram o potencial das reformas exaurido e entendem ser necessário definir uma nova estratégia de

³ Economist Intelligence Unit (EIU), *Country Profile-Cuba*, Londres, 2003.

⁴ *La Lettre de la Havane*, nº 33, janeiro de 2004, missão econômica de Havana.

⁵ Essas condições não diferem daquelas que Caracas concede a outros pequenos países do Caribe. Única novidade: Havana, que estava excluída do acordo por pressões de Washington, agora também é beneficiária.

desenvolvimento. Pedro Monreal e Julio Carranza⁶ partem, pois, de uma constatação: Cuba entrou no século XXI com o estatuto típico de uma ilha caribenha — o turismo e as *remesas*,⁷ o açúcar e os minerais. Os recursos naturais e a força de trabalho emigrada são os vetores da inserção do país na economia mundial. Pondo em questão esse esquema, eles propõem uma “transição pós-turística”.

Segundo eles, o objetivo deve ser “uma reindustrialização exportadora”, permitindo a utilização de uma força de trabalho altamente qualificada, o turismo constituindo apenas uma “etapa temporária”. Eles defendem “uma estratégia baseada em exportações tecnologicamente intensivas (...), modificando radicalmente o modelo atual de desenvolvimento baseado na política de substituição de exportações”.

Na realidade, a China fascina muitos dirigentes. No dia 13 de fevereiro de 2004, o diário *Granma* estampava na primeira página: “A experiência chinesa demonstra que existem alternativas”. O artigo celebrava “o crescimento da nação asiática”, um sucesso obtido “sem privatizações”, “sem o capitalismo”, “com um sistema bancário controlado pelo Estado”, “uma direção forte” e um “desenvolvimento social harmonioso”.

Monreal e Carranza, os dois economistas citados, criticam a “ambivalência”, para não dizer incoerência, das posições oficiais fundadas na possibilidade “de uma coexistência estável entre vias diferentes”. Para eles, é preciso escolher. Eles consideram, com efeito, pouco provável uma reorientação bem-sucedida da estrutura econômica do país “sem transformações significativas das instituições econômicas e das relações de propriedade”. Consideram necessária a presença de “estruturas de deliberação políticas existindo fora do aparelho de Estado” e sendo “capazes de levar a cabo uma mediação eficiente entre os interesses dos diferentes componentes da sociedade”.

⁶ Pedro Monreal, Julio Carranza, *Hacia una Nueva Agenda de Desarrollo en Cuba*, mimeo, Havana, março de 2003.

⁷ Envios de dinheiro pelos cubanos que vivem nos Estados Unidos.

O governo, por sua vez, reafirmou com força a finalidade social da sua política econômica. Fez da educação — cujo orçamento passou de 6,3% em 1998 para 9,1% das despesas de 2003 — uma prioridade nacional. Setecentas escolas foram completamente reformadas e equipadas com computadores, milhares de educadores foram formados a fim de não se ultrapassar o número de vinte alunos por turma, seis mil professores de Belas Artes estão sendo preparados em escolas especializadas. A reforma dos hospitais deveria vir em seguida.

Apesar destes esforços, nos quais poderia se inspirar a maioria dos países latino-americanos ditos “democráticos”, existe uma população em situação precária, cuja saúde está ameaçada. Algumas categorias sociais, como os idosos e as mães solteiras, sofrem de penúrias alimentares. Para a maioria das pessoas, a ração alimentar fornecida pela *libreta*, limitada a alguns gêneros básicos, cobre no máximo de dez a quinze dias de abastecimento mensal. É preciso, pois, complementar as compras nos mercados agrícolas, onde os preços são elevados. Segundo a economista Angela Ferriol, a faixa urbana atingida pela pobreza gira em torno dos 20%⁸.

Muitos sobrevivem na luta diária: os biscates, o mercado negro e o roubo tornaram-se cada vez mais freqüentes.

A respeito disso, a socióloga Mayra Espina sublinha três fatores de agravamento das desigualdades e de crescimento da pobreza: a disparidade crescente de renda, a territorialização das desigualdades e a nova hierarquia social ligada à riqueza material, que simboliza o sucesso⁹.

Com as reformas, as rendas do trabalho assalariado do setor estatal perderam importância em relação ao lucro das atividades privadas, legais ou ilegais. “A polarização dos salários cresceu, os serviços sociais se degradaram quantitativa e qualitativamente”, constata Mayra Espina. Segundo ela, as reformas econômicas e a complexi-

⁸ Angela Ferriol, *Explorando nuevas estrategias para reducir la pobreza en el actual contexto internacional. Experiencias de Cuba*, mimeo, Havana, 2002.

⁹ Mayra Espina, *Efectos sociales del reajuste economico: igualdad, desigualdad y procesos de complejizacion en la sociedad cubana*, CIPS, mimeo, Havana, março de 2003.

dade das transformações sócio-culturais fragmentaram a consciência social, marginalizaram as categorias em maior dificuldade e reavivaram as tensões entre negros e brancos. As desigualdades entre regiões também se agravaram: na região oriental da ilha, a população vulnerável está estimada em 22%, e alguns municípios enfrentam uma situação difícil.

A tradução estatística dessa evolução aparece claramente: em 1998, a porcentagem de assalariados do Estado chegava a 94%. Hoje, 20% a 25% da população não dependem mais dele para trabalhar. Enquanto os rendimentos dos lares estagnaram ou aumentaram ligeiramente de 1991 a 1999, “os rendimentos das famílias que vivem da economia subterrânea se multiplicaram por quatro”, sublinha Angela Ferriol. Segundo uma reportagem do jornal semanal *Bohemia*¹⁰, publicada em fevereiro, a polícia teria descoberto 181 oficinas ilegais, 525 fábricas clandestinas e 315 locais utilizados como entrepostos entre janeiro e outubro de 2003. Um economista que trabalha para o Estado considera que “com a crise, e em vista dos salários, não se pode fazer muita coisa contra as fraudes e a corrupção”.

Além do enriquecimento dos pequenos agricultores autônomos, dos patrões de *paladares* (restaurantes privados) e dos beneficiários do turismo, a pesquisadora Juana Conejero evoca “as transformações na estrutura de classe” e “a possibilidade de que nasça uma nova classe social de empresários associada ao setor dos investimentos estrangeiros¹¹”. Esta hipótese já havia sido analisada pelo sociólogo Haroldo Dilla em artigo muito contestado, que evocava os novos “camaradas investidores”, aqueles diretores de empresas mistas ou gerentes de empresas estatais ligadas ao mercado, que já adotaram suas exigências, e mesmo sua ideologia. É, de fato, da fusão das elites políticas e do “*business*”, como se diz em Cuba, que poderia nascer essa nova classe social.

¹⁰ *El Pais*, Madri, 7 de março de 2004.

¹¹ Juana Conejero, *Una Nueva Clase Social en Cuba?*, tese de sociologia, Universidade de Louvain, 2001.

A organização do sistema misto e privado teoricamente impede a acumulação de capital, a não ser pela corrupção. Esta, embora limitada, se desenvolveu, favorecida sobretudo pela penúria, pela dualidade monetária e a autonomia das empresas de turismo. O governo lançou uma ofensiva contra “esse câncer que corrompe a Revolução por dentro e que é mais perigoso que uma bomba americana”. É daí que pode prosperar uma base social mais ameaçadora para o regime que todos os grupos de dissidentes.

Os grandes operadores de turismo representam uma potência comercial e financeira considerável, pois administram algumas centenas de estabelecimentos. No ano passado, o Sr. Vega del Valle, presidente da empresa hoteleira estatal Cubanacán — o grupo mais importante, com 40% da renda do setor, um montante de negócios estimado em 800 milhões de dólares, 15 companhias, 23 empresas mistas e 9 representações no exterior —, foi demitido de suas funções, juntamente com vários altos funcionários, por “graves erros de gestão”; acusações de desvios de fundos, que teriam sido descobertos após o controle de caixa instaurado em 2003, foram desmentidas, mas o ministro do turismo teve igualmente que pedir demissão. Seus lugares foram ocupados por militares, dirigentes da empresa turística Gaviota.

Principal potência econômica da ilha, as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) estão de fato cada vez mais implicadas no turismo, na agricultura, na indústria, nos transportes, nas comunicações, na eletrônica... Os militares ocupam os postos-chave no seio do governo e na direção do Partido Comunista Cubano (PCC); somando-se à presença deles no escritório político, o departamento ideológico do comitê central é dirigido pelo coronel Rolando Alfonso e o Instituto Cubano de Rádio e Televisão (ICRT) pelo coronel Ernesto López. Beneficiados por uma formação inspirada nas normas de gestão capitalistas, esses militares estão na origem das reformas de mercado e do ‘aperfeiçoamento’ das empresas estatais - reestruturação que visa a aumentar sua rentabilidade e sua eficiência, permitindo-lhes uma maior autonomia.

Nessa sociedade cada vez mais diversificada, a homogeneidade política torna-se algo ilusório. Como articular o respeito às diversi-

dades e o imperativo de igualdade, a tensão entre o individual e o coletivo? São muitos os debates latentes, mas não travados publicamente. Em artigo redigido “para suscitar o debate com os seus colegas da Universidade de Havana¹²”, Armando Chaguaceda Noriega refuta a idéia de um país composto “de seres geneticamente unanimistas”.

Constatando “a permanência de um espírito de esquerda em diversos setores da população”, o universitário distingue duas correntes: “Uma esquerda épica internacionalista anti-mercado, reclamando mais liberdade para o debate e o pensamento crítico” e “uma esquerda reformista que enfatiza o desenvolvimento econômico no seio de um projeto pluriclassista”. Ele sublinha o perigo para a primeira “de se desconectar da vivência dos cidadãos”, e preconiza uma aliança entre ambas a fim de enfrentar o que qualifica como uma “ofensiva conservadora no aparelho de Estado”.

Adotada por 8.188.198 cubanos (98% dos eleitores) em junho de 2002, uma emenda ao artigo 3 da Constituição afirma que “o socialismo e o sistema político e social revolucionário estabelecido nesta Constituição são irrevogáveis e [que] Cuba nunca mais voltará ao capitalismo”. Eis a resposta à demanda de reformas econômicas e políticas conhecida pelo nome de “projeto Varela”, e impulsionada pelo cristão Oswaldo Paya. Esse projeto, que recolheu 11 mil assinaturas, reclama a liberdade de produção, a legalização das atividades privadas, a criação de um mercado de trabalho, eleições gerais e pluralismo político.

Decretando a irrevogabilidade do socialismo, concluiu-se o debate sem que ele tenha sido travado. A fascinação exercida pelo mercado sobre algumas camadas sociais segue ainda mais forte. Há quatro anos, desde a data da volta do menino Elián¹³ a “batalha das idéias” —a expressão é de Fidel Castro—, as campanhas políticas, as manifestações contínuas e o controle das organizações sociais

¹² Cf. *Cuba, el proyecto y las izquierdas*, sítio *Rebelión*, janeiro de 2004. Publicado em *Cuba Sí*, nº 153, janeiro-março de 2004, Paris.

¹³ Elián Gonzáles, o menino náufrago cuja mãe morreu afogada tentando chegar clandestinamente aos Estados Unidos, foi finalmente repatriado a Cuba em 29 de junho de 2000.

serviram como substituto a um verdadeiro poder popular. Mas a distância entre as engrenagens burocráticas das organizações sociais e as aspirações da população se agrava — Armando Chaguaceda Noriega fala da “estreiteza dos espaços de participação política” —, enquanto os setores ligados ao mercado e aos setores mais dinâmicos da economia (investidores estrangeiros e seus correspondentes domésticos, setor privado incipiente etc.) se reforçam. Quanto ao PPC, embora sustente o aparelho de Estado e a administração, ele parece, como partido político, atrofiado. Seu congresso, que deveria ter sido realizado há dois anos, ainda não está programado. A agudeza das contradições sócio-políticas se exprime em todos os meios. A necessidade de renovação do discurso e das práticas políticas é manifesta na juventude. “Para muitos, inclusive entre os filhos de dirigentes, a única opção, o sonho, é deixar o país”, constata a Igreja católica. Embora se tenham beneficiado dos esforços consideráveis em matéria de educação, os jovens diplomados raramente encontram um emprego que corresponda ao seu nível de estudo. O aferrolhamento da informação difundida pelos meios de comunicação e as restrições ao acesso à Internet são cada vez menos suportados. A despeito dos desmentidos das autoridades, essas restrições não são apenas “de natureza técnica¹⁴”. É verdade que a deterioração das redes e o pequeno número de telefones por habitante (6,37 para cada 100) tornam o acesso à Internet difícil. É também verdade que a administração norte-americana anuncia claramente seu interesse em usar a rede para desestabilizar o regime. Nada obstante, é fato que as conexões são controladas. Elas devem passar por instituições ou centros de trabalho e “respeitar o regulamento em vigor”. As autoridades estão “decididas a agir com firmeza contra os ilegais” (os que se valem desvios para se conectar), declarou o Ministro da Informática e das Comunicações (MIC).

¹⁴ Pedro Monreal, Julio Carranza, *op. cit.*, pp. 80-81.

Explosão cultural

Os meios artísticos não escapam de um certo desencanto, embora a explosão cultural dos anos 1990 — literária, musical, plástica, e cinematográfica sob a égide do Instituto Cubano de Artes e Indústrias Cinematográficas (ICAIC) — tenha favorecido uma grande abertura por parte da União Nacional dos Escritores e Artistas Cubanos (UNEAC). Nasce uma nova e talentosa geração literária — Leonardo Padura, Senel Paz, Ena Lucía Portela, Abilio Estévez¹⁵. Para Estévez, esta geração volta seu olhar para a sociedade, porém “é um olhar cheio de amargura, cheio de ceticismo”. Evocando em sua obra a nostalgia do passado, ele explica que a Revolução assemelha-se ao catolicismo “que sacrifica o presente em nome do Céu, do Paraíso; a Revolução sacrifica o presente em nome do futuro, que não me interessa. O que me interessa é como vivo hoje¹⁶”.

Sinal dos tempos, muitos escritores e poetas que vivem na ilha escrevem na revista *Encuentro de la Cultura Cubana*, de orientação anti-castrista. Seu diretor, Rafael Rojas, procura fazer dela uma ponte cultural entre exiliados e insulares à procura de uma nova “cubanidade”.

Quanto aos intelectuais — economistas, sociólogos, cientistas políticos, pesquisadores —, sua expressão é muito mais vigiada. Desde a dissolução da equipe dirigente do Centro de Estudos Sobre a América (CEA) em 1996¹⁷, a revista *Temas* tenta prudentemente explorar novas vias de reflexão.

É nesse contexto que a onda repressiva de 2003 foi deslanchada. “Mandar essa gente para a morte me fez mal, mas era necessário”, declarou Fidel Castro no ano seguinte, em entrevista filmada pelo cineasta norte-americano Oliver Stone¹⁸, reconhecendo assim a sua

¹⁵ Prêmio de melhor romance estrangeiro na França em 2000 com *Ce Royaume T'Appartient*, Grasset/Bourgois, Paris, 1999.

¹⁶ *Encuentro de la Cultura Cubana*, nº 26-27, inverno de 2002-2003, Madri.

¹⁷ Vide *Mise sur l'Eglise pour sauver la révolution cubaine?*, *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 1997.

¹⁸ Entrevista concedida a Oliver Stone, *Paris Match*, Paris, nº 2836, 25 de setembro de 2003.

responsabilidade pessoal e a inexistência de um poder judiciário independente. Para salvar a Revolução, “para conter a onda de terrorismo, era preciso cortar o mal pela raiz”.

Esses processos serviram também como aviso para a administração Bush, em um contexto internacional muito preocupante. De fato, não se podem subestimar as ameaças que pesam sobre Cuba. Só os ingênuos ou cínicos podem pensar que a atitude de Washington é ditada pelo intuito de restabelecer a democracia e não por interesses econômicos, políticos e/ou estratégicos, em Cuba como no Iraque ou no Afeganistão¹⁹.

As declarações ameaçadoras proferidas contra Cuba, as manifestações realizadas em Miami aos gritos de “Hoje o Iraque, amanhã Cuba!”, se fizeram em nome da “promoção mundial da democracia e da defesa dos direitos humanos”. O presidente George W. Bush, em janeiro 2004, não falou de “uma transição rápida e pacífica rumo à democracia em Cuba”? Em nome da democracia, ele decidiu, no início de maio, limitar as viagens dos exilados à ilha, diminuir as transferências de dinheiro às suas famílias e aumentar em 35 milhões de dólares as subvenções à dissidência. Tudo isso julgado como uma ingerência antidemocrática pelo governo mexicano e pelos próprios dissidentes cubanos.

O argumento democrático é, de fato, de geometria variável. Enquanto o governo francês cortou os créditos de cooperação com Cuba, Jacques Chirac e a Assembléia Nacional receberam com pompa o presidente chinês, cuja afeição pelos direitos humanos é conhecida. Segundo Washington, Cuba é “o único país não democrático do Hemisfério”. Nada obstante, pode-se tentar desestabilizar a chamada democracia na Venezuela, atirar na multidão com toda a impunidade na Bolívia, na República Dominicana, no Haiti, deixar em liberdade criminosos como o ex-general Augusto Pinochet ou o carrasco guatemalteco Ríos Montt, uma vez que a Constituição nesses países garante o pluralismo e a propriedade privada.

¹⁹ Ver Gianni Miná, *Le syndrome de l'île assiégé*, *Le Monde Diplomatique*, junho de 2003.

A ameaça externa a Cuba existe, claramente. No entanto, os processos a portas fechadas, os advogados indicados, os julgamentos expeditivos, as execuções e as prisões ajudaram a defender Cuba ou enfraqueceram a ilha? A 3 de maio, em Belgrado, o Prêmio Mundial da Liberdade da Imprensa, concedido pela Unesco, foi atribuído a Raúl Rivero, poeta e jornalista condenado a vinte anos de prisão. Seu encarceramento terá oferecido uma imagem sinistra do regime e alimentado uma campanha contra Cuba.

Não se pode identificar os direitos humanos exclusivamente com os direitos sociais —as liberdades reais—, opondo-os às liberdades “formais”, resultando em uma visão exclusivamente jurídica dos direitos da pessoa. A história do século XX já destrinchou esse velho debate. As liberdades democráticas são também uma necessidade funcional, uma condição da eficiência econômica, uma arma contra o confisco do poder. Mas, em Cuba, esse assunto é tabu. As dificuldades não são apenas econômicas, mas também de ordem política. “Todo o mundo quer mudanças econômicas, menos Fidel”, explica um alto funcionário cubano. Como muitos outros responsáveis, ele acredita que será mais difícil realizar as mudanças necessárias sem a perda do poder, quando Fidel Castro não estiver mais presente. As forças presentes estão se preparando.

No seio do regime, a sucessão está pronta. Uma direção coletiva encabeçada por Raúl Castro deveria assegurar a transição com o apoio das forças armadas, cujos trunfos são a força econômica e a disciplina. Mas a estabilidade política dependerá da melhoria da situação econômica e social. No âmbito do Escritório político do PPC coexistem altos funcionários do Estado, quadros do partido e militares que propugnam uma abertura econômica controlada. Na ausência do fundador da Revolução, quem irá arbitrar os conflitos? No lado oposto, constata Martha Frayde, uma expoente dos exilados, “falta ao país uma força de oposição unida; a dissidência é fraccionada²⁰”. Na etapa atual, a Igreja não pretende assumir um

²⁰ Entrevista com Martha Frayde, *Politique Internationale*, Paris, inverno de 2003-2004.

papel político, o que a opõe a Oswaldo Paya, um católico combativo a que ela se refere sem lhe dar destaque. Mas a hierarquia católica poderia, em determinadas circunstâncias, ter seu papel em uma etapa de reconciliação nacional.

O que farão os Estados Unidos? Desaparecido Fidel Castro, eles contam com a reciclagem das elites para preservar a estabilidade da região. Não lhes interessa o caos: a acorrida de refugiados às centenas de milhares ao sul de seu território constituiria um problema de segurança. Ademais, o *lobby* americano do *agrobusiness*, maior beneficiário das compras cubanas²¹, faz pressão pela suspensão do embargo. Mas a ala extremista dos exiliados em Miami exigirá seu “direito de retorno” e irá aspirar a uma desforra política. Para o povo cubano, os desafios são outros: salvar as conquistas sociais da Revolução e defender a independência e a cultura nacionais, assegurando ao mesmo tempo a passagem da legalidade revolucionária para uma nova legalidade institucional, “permitindo o desenvolvimento dos mecanismos democráticos de que o sistema tanto necessita²²”.

²¹ Desde 2001, Cuba verteu 500 milhões de dólares no pagamento de importações de produtos alimentícios norte-americanos (*Country Report*, EIU, Londres, novembro de 2003).

²² Armando Chaguaceda Noriega, *op. cit.*